SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/08/2015 - Sinttel-ES

Quem não tem proposta para o Acordo Coletivo é BrasilCenter

Há uma "fofoca" circulando nos corredores da BrasilCenter, que é o Sinttel-ES o responsável pelo "atraso" das negociações salariais 2015/2016. Segundo os boatos, o Sindicato já tem uma proposta da empresa mas não divulga para os/as trabalhadores. Por que o Sinttel-ES faria isso? Qual seria ao objetivo?

Trabalhadores da BC! Não acreditem em "fofoca"! Se tem dúvidas liguem para o seu sindicato (27 3223-4844) ou pesquise no site as informações sobre as Negociações do ACT 2015/2016.

A BC realmente apresentou uma proposta na última reunião, realizada em 10/07, mas que a comissão de negociação do Sinttel-ES recusou, por não ter avanço algum e continuar precarizando o piso salarial dos representantes (REPs). Ficou acordado, nesta reunião, que, diante da recusa do Sinttel-ES, a empresa se manifestaria até dia 15/07 o que não aconteceu até o momento.

A justificativa da BrasilCenter é de que devido às mudanças de gestão dentro das empresas do Grupo América Móvil, que controla a BrasilCenter, não houve tempo para avaliar as pautas de reivindicações apresentadas pelo Sinttel. Essa também foi a resposta do Grupo para a Comissão Nacional de Negociação da Fenattel nas negociações dos acordos coletivos com a Claro, Net e Embratel.

Portanto, é "conversa fiada" esse papo que o Sinttel está escondendo o jogo. O Sindicato fez uma contraproposta, porém, deste esta data, 10/07, estamos aguardando a empresa se manifestar. Talvez precisaremos fazer paralisações. Assim, mexendo no bolso dela, a empresa aprenda a respeitar os trabalhadores e seus representantes.

Reunião Marcada

Dia 25/08 a BrasilCenter ligou, marcando nova reunião para dia 01/09.

Vamos aguardar! Se a proposta não atender as reivindicações e continuar a precarizar o piso, vamos pra luta!

Não dê ouvidos aos boatos e as mentiras. Aguarde nosso próximo boletim com informações das reunião de negociações.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/08/2015 - Instituto Telecom

América Móvil pede retirada da faixa de 3,5 GHz do leilão, por receio de interferência na TV aberta via satélite

Pedido para a exclusão da venda da frequência de 3,5 GHz foi feito também pela Qualcomm , fabricante de chip, defendeu o adiamento da venda desta faixa. sob argumentos diferentes ao da América Móvil ou Abert. Para Francisco Soares, em novembro, a UIT (União Internacional de Telecomunicações) vai definir novas frequências para a 5G (telefonia celular) e esta faixa de 3,5 GHz deverá ser uma das escolhidas por todos os países do globo. Se a Anatel vender o espectro em outubro – a intenção é lançar o edital no dia 20 de outubro – para o SCM (banda larga fixa), poderá, no futuro, ter que reavaliar a decisão e deslocar os operadores que compraram a faixa, o que é sempre muito mais complicado. Tanto que, até hoje ainda não foi concluído o processo de deslocamento das operadoras de MMDS, que ocupavam a faixa de 2,5 GHz, que foi destinada para a tecnologia 4G ,e o leilão foi realizado em 2012.

O grupo América Móvil – que tem Claro, Embratel,NET e Star One – argumenta que a Anatel tentou vender a frequência de 3,5 GHz em 2011, mas acabou cancelando a licitação porque, entre outros, o grupo técnico havia apurado que a banda C (a TV via satélite) terá uso comprometido com o ingresso da tecnologia LTE. " E a utilização da banda C no Brasil representa a única possibilidade de recepção de TV em cerca de 20 milhões de lares", assinala o grupo.

Abert

A Abert, por sua vez, cobrou da Anatel a continuidade dos estudos sobre esta frequência, que foram paralisados em 2011, depois que o leilão foi suspenso. Para a entidade, é preciso a trocar os aparelhos receptores de banda C, antigos, que estão completamente defasados e a agência precisa definir um padrão técnico e certificar os futuros aparelhos.

A Anatel explicou na sessão, porem, que não acredita haver riscos de interferência da banda larga nas transmissões da TV aberta via satélite. Por que, explicou José Alexandre Bicalho, superintendente de regulação, só estão sendo vendidos 40 MHz (em quatro blocos de 10 MHz), no início da faixa de 3,5 GHz (que começa em 3.400 MHz), justamente para preservar o serviço de TV aberta via satélite. " A decisão sobre esta venda foi tomada em 2013?, salientou.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/08/2015 - Telesíntese

Nextel avisa que vai ao leilão de sobras de frequências da Anatel

Mas o grupo América Móvil pede que as regras sejam mudadas para comportar mais competidor na faixa de 1,8 GHz.

A Nextel disse hoje,26, na audiência pública promovida pela Anatel para a discussão do leilão de venda de sobras frequências (900 MHz; 1,8 GHz; 2,5 GHz e 3,5 GHz), cuja previsão é que ele ocorra no dia 20 de outubro, que está interessada em participar da licitação. Luciano Ferreira, gerente senior da empresa, elogiou a modelagem da licitação colocada em consulta pública pela agência, que exclui as grandes operadoras de telecomunicações de comprarem algumas frequências colocadas à venda, para permitir que se amplie a competição e mais empresas tenham acesso ao espectro.

E este será justamente o caso da Nextel, que a princípio não terá qualquer grande competidor na disputa de preço pelo espectro de 1,8 GHz do interior do estado de São Paulo, que será colocada à venda. Atualmente, a operadora só tem o espectro da região metropolitana de São Paulo, e a aquisição dessa faixa é fundamental para ampliar o seus serviços no mais rico estado brasileiro. Com a proibição de participação de Vivo, Claro, Oi e TIM para disputar essa faixa, só restará a possibilidade de outro interessado se for uma empresa que não tem atuação no país (muito pouco provável) ou uma outra empresa regional, como a Algar Telecom, que não parece querer ampliar os seus serviços móveis para além de suas fronteiras (ela atua principalmente no Triângulo Mineiro). Tudo indica que a Nextel levará a faixa pelo primeiro preço que oferecer, sem disputa.

Fatiamento

Mas a exclusão dos grandes grupos não será aceita assim tão pacificamente. A América Móvil (dona no Brasil da Claro, NET, Embratel e Star One) propôs, durante a audiência pública, que a agência fatie esta faixa de 20 MHz que será vendida (10 MHz para o uplink e outros 10 MHz para downlink em FDD (frequency duplex division) em blocos de 5MHz + 5MHz. Com este fatiamento, todas as grandes operadoras deixariam de atingir o limite máximo de espectro que as impede de comprar mais frequência e poderiam participar deste leilão. O argumento da operadora é que, ao fazer isso, a Anatel estaria ampliando a disputa, e, como esta faixa tem repique de preços, poderia até aumentar a arrecadação.

Técnicos da agência acham pouco provável que se aceite este argumento, pois acabaria fazendo com que duas grandes operadoras tivessem uma fatia maior de espectro em São Paulo, excluindo até mesmo a possibilidade de um novo competidor, como a Nextel, comprar a faixa.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/08/2015 - Telesíntese

Anatel multa empresa que não é de telecomunicações

A empresa foi multada em R$ 1,6 mil porque vendia aparelhos de telecom não homologados pela Anatel.

A Anatel publicou hoje, 26, no Diário Oficial da União, um acórdão de fevereiro de 2015, referente a um Pado (processo para multa) de 2011. O valor da multa é quase insignificante – de R$ 1,6 mil – frente aos milhões de reais que são aplicados pela agência quase que diariamente contra operadoras de telecomunicações. Mas o processo é jornalisticamente interessante.

A empresa Central da Informática foi multada porque vendia equipamentos de telecomunicações não certificados pela Anatel. Ou seja, é o mesmo que o camelô ou as lojas da rua Santa Efigênia em São Paulo serem multados porque vendem aparelhos de celular ao consumidor final também sem o certificado da Anatel.

A empresa alegou em seu recurso à multa, que não era de telecomunicações e por isso não podia saber que o equipamento que comercializava não podia ser vendido. A agência negou o recurso e manteve a multa, aplicada há quatro anos, porque "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece."

26/08/2015 - Telesíntese

Telefônica Vivo vai demitir 800 em SP

Operadora vai iniciar reestruturação para eliminar cargos duplicados após fusão com GVT, mas promete aumentar número de colaboradores até fevereiro de 2016.

A Telefônica Vivo apresentou ao Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sintetel) um plano de reestruturação que prevê a demissão de 800 pessoas em cargos duplicados devido à fusão com a GVT em setembro, apenas no estado de São Paulo. Serão dispensados, na maioria, funcionários que aderirem a um programa de demissão voluntária, que prevê o pagamento de 1 a 10 salários conforme o tempo de casa e benefícios como extensão do plano de saúde.

A operadora garante que os desligamentos serão compensados até fevereiro de 2016. Até lá, a empresa promete contratar 2,4 mil colaboradores que hoje são terceirizados. O aumento de equipe acontecerá nas áreas de atendimento ao cliente (call center) e de operações com usuários (pessoal de rede externa).

Em nota, a Telefônica Vivo diz que o objetivo da reestruturação é simplificar a organização para ganhar mais agilidade e eficiência. "Na primeira semana de setembro, a empresa fará uma reorganização em suas áreas administrativas para obter maior sinergia de processos e atividades", declara.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/08/2015 - Adital

Projeto de Lei entrega pré-sal às multinacionais e pode destruir patrimônio brasileiro

Em tramitação no Senado, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131/2015,de autoria do senador José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – São Paulo), poderá revogar a condição da Petrobras como operadora única do pré-sal em águas profundas e ultra-profundas no Brasil. Além da garantia da estatal da participação mínima de 30% no consórcio vencedor de cada bloco licitado do pré-sal. A proposta divide opiniões. Para os opositores, a aprovaçãodo PLS entregará o pré-sal às multinacionais, prejudicando a indústria nacional, a inovação tecnológica e o Fundo Social do Pré-Sal, cujos recursos são destinados à saúde e educação. Seria uma tentativa de destruir o patrimônio brasileiro. Para os defensores, a exploração de petróleo está semiestagnada no Brasil, com a Petrobras sem condições de assumir a exclusividade que a lei lhe atribui, tendo em vista a atual crise financeira da operadora.

Para os opositores, o PLS 131/2015, do senador José Serra, pode destruir o patrimônio nacional brasileiro, impactando na indústria, tecnologia e educação.

Inicialmente, o projeto foi colocado em caráter de urgência na tramitação do Senado, mas, após rejeição dos parlamentares, foi criada, no último dia 08 de agosto, uma Comissão Especial com 27 integrantes, que terá o prazo de 45 dias para apresentar um parecer sobre o assunto. O senador Ricardo Ferraço (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – Espírito Santo) é o relator e o senador Otto Alencar (Partido Social Democrático – PSD – Bahia) o presidente.

Se aprovado, o Projeto seguirá para análise das Comissões da Câmara dos Deputados, depois retornará ao Senado e, por fim, será encaminhado para a sanção presidencial. A presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) já se opôs publicamente à proposta.

Em declaração no Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB – Alagoas), defendeu que é insubstituível para a Petrobras a aprovação de uma Lei de Responsabilidade das Estatais, que precisa apresentar critérios de maior transparência na nomeação dos diretores, devendo atender aos interesses do país.

Leia mais em:
http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=86281